

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.084/2025

Processo Licitatório nº: 8.141/2025

Processo de Impugnação nº: 28.144/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual **CONTRATAÇÃO** de empresa especializada para fornecimento de **MATERIAL ELÉTRICO**, para atender as necessidades da **Subsecretaria de Iluminação Pública**, através da Secretaria de Serviços e Equipamentos Públicos, pelo período de 01 (um) ano.

IMPUGNANTE: ARAL COMERCIAL LTDA ME

01. Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa **ARAL COMERCIAL LTDA ME, CNPJ 35.474.564/0001-40**, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 90.084/2025.

02. Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 632/2025, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 10 de março de 2025, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.



II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Em síntese, a impugnante apresenta as seguintes alegações, apontando irregularidades no edital:

- 1) AGRUPAMENTO DOS ITENS EM LOTES**, a disputa por lote, defendendo que os itens deveriam ser licitados individualmente (por item);
- 2) RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE**, O edital não apresenta estudo que comprove a vantagem de licitar os itens por lote;
- 3) AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA TÉCNICA/ECONÔMICA**, a exigência de ângulo fixo de 90° exclui fabricantes com produtos de outras aberturas eficientes, como 80x150°, prejudicando a competitividade, não sendo tecnicamente justificável e viola os princípios da ampla concorrência e isonomia.
- 4) VIOLAÇÃO À LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA**, o edital fere os princípios da ampla concorrência e isonomia.

III. DO PEDIDO DA IMPUGNANTE

Diante do exposto, solicita a retificação do edital, a fim de que este atenda aos princípios da legalidade, da competitividade, da economicidade e da isonomia.

IV. DA DILIGÊNCIA

Considerando o caráter estritamente técnico dos elementos impugnados, com base no artigo 16º, parágrafo §1º da IN SEGES/ME nº 73/202 e no subitem **26.11** do Edital, restou encaminhado o processo para manifestação do órgão requisitante, a fim de subsidiar a decisão final desta Pregoeira.

Em resumo o setor solicitante informou que referente ao agrupamento dos itens em lotes, a Administração justificou a escolha com base em critérios técnicos e econômicos, visando padronização, ganho de escala, eficiência contratual e logística, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021; quanto a suposta restrição à competitividade por ausência de estudo técnico, a justificativa para a licitação por lotes consta no Estudo Técnico Preliminar (ETP), anexo ao edital; exigência de ângulo fixo de 90° em

luminárias, a exigência é baseada em experiências anteriores com ângulos menores, que resultaram em trechos escuros em vias públicas. O requisito visa garantir melhor iluminação e segurança; quanto a violação à legislação e à ampla concorrência, a Administração afirma que o edital respeita os princípios da ampla concorrência, isonomia e legalidade, com exigências tecnicamente justificadas.

V. DA DECISÃO

Isto posto, estando a presente decisão fundamentada integralmente no parecer técnico emitido pelo setor competente, com fulcro na Lei nº 14.133 de 2021, sem nada mais a evocar, CONHEÇO da Impugnação interposta pela empresa **ARAL COMERCIAL LTDA ME**, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.084/2025, e, no mérito, NEGO PROVIMENTO, subsidiado pela manifestação da Secretaria requisitante, em anexo, do processo administrativo nº 28.144/2025.

Nova Friburgo, 06 de agosto de 2025.

FERNANDA MEDEIROS RODRIGUES
Pregoeira da Comissão Permanente de Pregão IIII
Matricula: 468.036